

João Pessoa, PB, 8 a 15 de abril de 2012 - nº 15 - Ano XV

## Governo ausente

Os representantes do Sindifisco-PB e os deputados de oposição lamentaram o não comparecimento da equipe do Governo à reunião previamente agendada para terça-feira última (8), quando se esperava uma contraproposta do Executivo em relação às MPs 184 e 185, que travam a pauta da Assembleia Legislativa.

Para o encontro desta segunda-feira (16), espera-se que o Governo já tenha um posicionamento sobre a proposta apresentada, uma vez que as MPs citadas trazem enormes prejuízos à Paraíba.

## Fisco propositivo

Nas quatro reuniões ocorridas na ALPB, o Sindifisco-PB apresentou ao Governo propostas que preservam o sigilo fiscal das empresas, ameaçado com a MP 184. O Sindifisco também se mostrou aberto à discussão de uma nova estrutura para a Secretaria da Receita; após discussão e aprovação de um novo modelo de reajuste, a categoria aceita a modificação do art. 8º da Lei do Subsídio.

Agora, só depende do Governo resolver a situação.

## Categoria mobilizada na ALPB

Nesta terça-feira (17), às 9h, a categoria vai estar mobilizada, mais uma vez, na ALPB, para alertar à sociedade e aos representantes do povo a votar contra trechos das MPs 184 e 185, que prejudicam o Estado.

Os trabalhos da ALPB têm sido acompanhados de perto pelos fiscais, com visitas aos gabinetes dos parlamentares e entrega de documento sobre o andamento das negociações com o Governo sobre as MPs.

No material entregue na última semana, o Sindifisco-PB mostra aos parlamentares os prejuízos que as Medidas podem causar à sociedade paraibana caso sejam aprovadas sem as emendas propostas pelo Sindicato.

## Prejuízo aos empresários

Há mais de dois meses, o Sindifisco-PB vem se reunindo com lideranças empresariais, às quais têm esclarecido os iminentes riscos causados pela possibilidade da quebra do sigilo fiscal por contra da não ocupação dos cargos em comissão no Fisco por pessoas integrantes da própria categoria.

Um dos setores que mais perde com a aprovação da MP 184 é o empresarial. O Governo estará permitindo o manuseio de informações estratégicas das empresas por pessoas que podem ser apadrinhados políticos e sem conhecimento técnico necessário para o trabalho. Essas informações podem, inclusive, ser utilizadas para fins políticos, conforme vem alertando o Sindifisco-PB.

## Estímulo ao crescimento

O Sindifisco-PB também tem contactado líderes políticos e argumentado, por meio técnico, a importância da manutenção do artigo 8º da Lei do Subsídio, revogada através da MP 185. O dispositivo legal é um estímulo ao incremento da receita e, desde que foi implantado, o Fisco tem superado recordes sucessivos de arrecadação.

Em todo o País, os Governos utilizam mecanismos de incentivo à arrecadação. Na Paraíba, não foi diferente. Com essa política, o Estado alcançou, até o ano passado, o 2º lugar no crescimento da arrecadação no Nordeste em termos percentuais.

O aumento da arrecadação proporciona melhoria em todos os setores, inclusive nos repasses aos municípios e no duodécimo dos Poderes, e garante aos cofres públicos recursos cada vez maiores para investimento em políticas públicas que beneficiam a sociedade.

## Autonomia do Fisco

É injustificável a política de confronto do Governo Estadual junto aos servidores públicos de modo geral, inclusive ao Fisco, que neste caso, sofre uma evidente tentativa de desmantelamento da Administração Tributária, tirando sua autonomia e prerrogativa de ocupação de cargos em comissão exclusivos de carreiras de Estado. A autonomia do Fisco tem sido tendência mundial e também em diversos Estados do País.

Dentro desse contexto, na quarta-feira (18), a Comissão de Estudos da Lei Orgânica da Fenafisco, apresentará em evento da classe, a minuta de PL sobre o assunto. O texto, além das garantias e direitos, abrange dispositivos para o bom funcionamento da fiscalização e arrecadação tributária, além de uma estrutura padrão para o Fisco nas esferas nacional, estadual e municipal.

## Direitos negados

Na última semana, o Sindifisco-PB enviou ofícios aos Secretários Marialvo Laureano (Receita) e Livânia Farias (Administração) nos quais reivindica o andamento das progressões horizontais e verticais da categoria, que estão represadas desde junho do ano passado.

O Sindifisco vem buscando, desde aquela data, a publicação das progressões, que estão sendo negadas de forma indireta pela omissão da Secretaria de Administração. Não há motivos para a demora nas publicações, uma vez que os processos estão com toda a documentação requerida e de acordo com o que determina a Lei.

A categoria espera uma resposta.